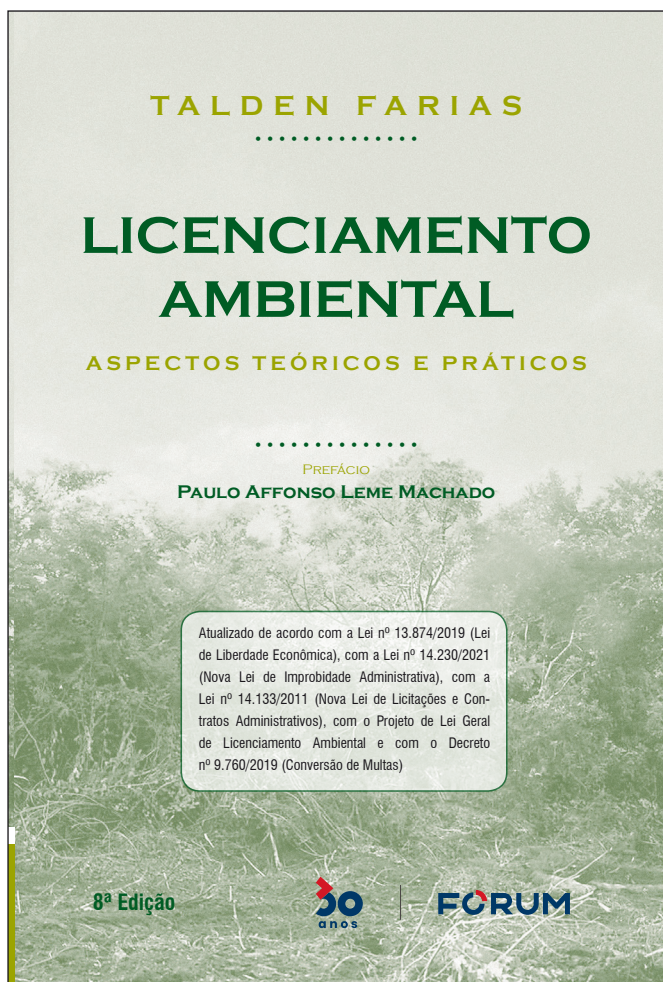




O licenciamento ambiental é o instrumento mediante o qual o Poder Público procura controlar as atividades que degradam ou que simplesmente podem degradar. Trata-se do mais importante mecanismo estatal de defesa do meio ambiente, pois é por meio dele que o Poder Público impõe condições para o exercício das atividades econômicas privadas e públicas.

A função de controlar tais atividades está expressamente estabelecida pelo inciso V do §1º do art. 225 da Constituição Federal, que reza que para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente equilibrado incumbe ao Poder Público “controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente”. Isso significa que o sistema de licenciamento tem por finalidade assegurar que a variável ambiental seja considerada quando do planejamento, da instalação ou do funcionamento dessas atividades.

Sua importância é tamanha que a ausência da licença ambiental ou o desacordo com ela estão sujeitos à responsabilização nas esferas administrativa, cível e criminal. Ademais, por requerer uma abordagem interdisciplinar, o licenciamento não interessa apenas aos operadores do direito e sim a todos os profissionais que trabalham com meio ambiente, a exemplo de agrônomos, antropólogos, arquitetos, biólogos, desenhistas industriais, economistas, engenheiros, médicos, sociólogos, turismólogos e urbanistas.

Já em sua oitava edição, e com milhares de exemplares vendidos, este livro se propõe a discutir os aspectos mais importantes do licenciamento ambiental, servindo como obra de referência prática e teórica a todos os que estudam e/ou trabalham com o tema.

Talden Farias

Prefácio

Paulo Affonso Leme Machado

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Aspectos teóricos e práticos

Atualizado de acordo com a Lei nº 13.874/2019 (Lei de Liberdade Econômica), com a Lei nº 14.230/2021 (Nova Lei de Improbidade Administrativa), com a Lei nº 14.133/2011 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), com o Projeto de Lei Geral de Licenciamento Ambiental e com o Decreto nº 9.760/2019 (Conversão de Multas)

8ª edição

Área específica

DIREITO AMBIENTAL

Áreas afins

DIREITO ADMINISTRATIVO,
DIREITO CONSTITUCIONAL
E CIÊNCIAS AMBIENTAIS

Público-alvo/consumidores

PROFISSIONAIS DA ÁREA JURÍDICA,
ESTUDANTES INTERESSADOS EM
DIREITO AMBIENTAL E CONSULTORES
E TÉCNICOS DA ÁREA AMBIENTAL

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10003324

F224l

Farias, Talden

Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos/ Talden Farias. 8. ed. – Belo Horizonte: Fórum, 2022.

273p.; 14,5cm x 21,5cm
ISBN: 978-65-5518-388-7

1. Direito Ambiental. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Constitucional. I. Título.

CDD 341.347
CDU 34:502.7

Talden Farias é Advogado, consultor jurídico e professor de Direito Ambiental da graduação e da pós-graduação (mestrado e doutorado) da UFPB e da UFPE. Doutor em Direito da Cidade pela UERJ com estágio de doutoramento sanduíche junto à Universidade de Paris 1 – Panthéon-Sorbonne (bolsa Capes/Cofecub) e aprovado com distinção pela banca avaliadora, doutor em Recursos Naturais pela UFCG com estágio de pesquisa realizado junto à Universidade de Salamanca/Espanha e mestre em Ciências Jurídicas pela UFPB. Membro da Academia Paraibana de Letras Jurídicas, da Comissão Nacional de Direito Ambiental da OAB, da Comissão de Direito Ambiental do IAB e do Conselho Consultivo da UBAA. Autor dos livros *Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos* (8. ed. Fórum, 2022), *Competência administrativa ambiental* (2. ed. Lumen Juris, 2022), *Introdução ao direito ambiental* (Del Rey, 2009) e *Direito ambiental: tópicos especiais* (UFPB, 2007). Coorganizador da obra *Direito ambiental brasileiro* (2. ed. Revista dos Tribunais, 2021) e *Direito ambiental: o meio ambiente e os desafios da contemporaneidade* (Fórum, 2010). Coautor do livro *Ambiente jurídico* (Del Rey, 2008) e *Planejamento urbano de energias renováveis: diálogos franco-brasileiros* (Editor, 2016). Ex-Chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de João Pessoa (SEMAM/PMJP) e ex-Coordenador da Procuradoria da Superintendência de Administração do Meio Ambiente do Estado da Paraíba (SUDEMA). Ex-integrante da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e do Conselho de Proteção Ambiental do Estado da Paraíba (COPAM). Autor de diversos capítulos de livros e de dezenas de artigos científicos publicados em periódicos especializados. Membro de equipe multidisciplinar de diversos estudos e relatórios de impacto ambiental relativos a obras de infraestrutura e conferencista e debatedor em congressos e seminários. Colunista ambiental do *site* Consultor Jurídico (Conjur).

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO	
Paulo Affonso Leme Machado	15
APRESENTAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO	
Leandro Eustáquio de Matos Monteiro	19
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1	
ASPECTOS GERAIS DO LICENCIAMENTO	
AMBIENTAL	27
1.1 Licenciamento ambiental e licença ambiental	28
1.2 Objetivo do licenciamento ambiental	30
1.3 Importância do licenciamento ambiental	31
1.4 Surgimento do licenciamento ambiental	33
1.5 Licenciamento ambiental e direito constitucional	35
1.6 Licenciamento ambiental e Política Nacional do Meio Ambiente	38
1.7 Licenciamento ambiental e Sistema Nacional do Meio Ambiente	43
CAPÍTULO 2	
ATIVIDADES SUJEITAS AO LICENCIAMENTO	
AMBIENTAL	47
2.1 Impacto ambiental	53
2.2 Licenciamento ambiental de ampliações	58
2.3 Licenciamento ambiental de obras públicas	60
2.3.1 Autolicensing ambiental e obras públicas	62
2.4 Licenciamento ambiental de atividades em instalação, instaladas ou em funcionamento	65
2.5 Regularização das atividades instaladas ou em funcionamento	69
2.5.1 Termo de compromisso	72
CAPÍTULO 3	
FASES E PROCEDIMENTO DO LICENCIAMENTO	
AMBIENTAL	77
3.1 Fases do licenciamento ambiental	78
3.1.1 Licença prévia	79
3.1.1.1 Licença prévia e avaliação de impactos ambientais	81
3.1.1.2 Licença prévia e autorização para supressão de vegetação	86
3.1.2 Licença de instalação	89
3.1.3 Licença de operação	90
3.1.4 Licença ambiental simplificada ou em conjunto	91
3.1.5 Licença ambiental corretiva	93
3.2 Procedimentos do licenciamento ambiental	94
3.2.1 Prazos para análise do requerimento da licença ambiental	100
3.2.1.1 Prestação de informações no licenciamento ambiental	105
3.2.2 Prazo de validade das licenças ambientais	106

3.2.3	Aproximação entre a licença ambiental e a licença urbanística	110
3.2.4	Medidas mitigadoras e medidas compensatórias	114
3.2.4.1	Impossibilidade de exigência de medida compensatória ou mitigatória abusiva ou descabida	119
3.2.5	Compensação ambiental do SNUC	120
3.2.6	Dispensa do licenciamento ambiental	125
3.2.6.1	Possibilidade de isenção de atos públicos de liberação por parte da Administração Pública e a Lei de Liberdade Econômica	127
3.2.7	Autorização para a queima controlada	131

CAPÍTULO 4

COMPETÊNCIA E LICENCIAMENTO

AMBIENTAL	133
4.1 Competência	134
4.2 Competência em matéria ambiental.....	136
4.3 Competência legislativa em matéria ambiental.....	136
4.4 Competência administrativa em matéria ambiental.....	143
4.4.1 Lei Complementar nº 140/2011	145
4.4.1.1 Competência licenciatória da União	146
4.4.1.2 Competência licenciatória dos Estados.....	157
4.4.1.3 Competência licenciatória dos Municípios	159
4.4.1.3.1 A ADI nº 6.288/CE e a reafirmação da autonomia administrativa ambiental dos Municípios.....	163
4.4.1.4 Único nível de competência e licenciamento ambiental	166
4.4.1.5 Convênios, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos similares	169
4.4.1.6 Conama e licenciamento ambiental.....	171
4.4.1.7 Fiscalização e sanção no licenciamento ambiental.....	174
4.4.2 Convalidação do licenciamento ambiental.....	180
4.5 A competência do Instituto Chico Mendes	182
4.5.1 A autorização do ICMBio e o seu papel como órgão interveniente no licenciamento ambiental	183
4.5.2 Responsabilidade fiscalizatória e sancionatória do ICMBio	185

CAPÍTULO 5

NATUREZA JURÍDICA DO LICENCIAMENTO

AMBIENTAL	189
5.1 Procedimento administrativo e processo administrativo	193
5.2 Licenciamento ambiental como processo administrativo	197
5.3 Incidência dos princípios do processo administrativo	201

CAPÍTULO 6

REVISIBILIDADE DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL E NATUREZA JURÍDICA DA

LICENÇA AMBIENTAL	209
6.1 Retirada da licença ambiental	215
6.2 Suspensão da licença ambiental.....	215
6.3 Anulação, cassação e revogação da licença ambiental	216
6.4 Licença ambiental e direito adquirido	220
6.5 Natureza jurídica da licença ambiental	222
6.6 Direito à indenização.....	236

CAPÍTULO 7	
RESPONSABILIDADE JURÍDICA E LICENCIAMENTO	
AMBIENTAL	239
7.1 Responsabilidade administrativa e licenciamento ambiental.....	240
7.2 Responsabilidade jurisdicional e licenciamento ambiental.....	244
7.2.1 Responsabilidade civil e licenciamento ambiental.....	245
7.2.2 Responsabilidade criminal e licenciamento ambiental.....	251
7.2.3 Improbidade administrativa e licenciamento ambiental.....	255
7.3 Os Tribunais de Contas e o licenciamento ambiental de obras públicas.....	259
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
263	
REFERÊNCIAS	
267	